

Cuidado com a reforma agrária

Esta semana quebrou a monotonia dos fatos políticos. O povo já estava cansado da lenga-lenga dos líderes do PMDB, todo dia da semana, falarem mal do presidente, predizerem dias nefastos para o país, exigirem eleições para o Planalto no mês seguinte e condenarem acrememente toda iniciativa do governo. Ulysses e Covas, os maiores, não tinham pejo da licenciosidade política de sua linguagem. As rãs estavam pedindo um rei.

E o rei lhes foi dado. O presidente bateu o pé, renunciou a um ano do seu mandato para dar vaza à ambição dos vetustos candidatos à sua sucessão que estão por aí, decidiu que "quem não está comigo está contra mim". O que, aliás, deveria ter feito há mais de um ano, quando sua popularidade estava arranhando a crosta da lua. A consequência imediata está nas folhas. Todo mundo mais sereno, a linguagem mais contida, o comportamento mais educado e o trato político como sempre deveria ser, respeitoso e firme. Guardadas as posições de cada um, melhorou-se o clima que já estava descambando para a avacalhação.

Não deve, entretanto, o presidente ficar deitado eternamente em berço esplêndido. Por debaixo dessa aparente retomada da tranquilidade do trato político, corre um processo deletério que pode violentar o espírito da transição para uma democracia de verdade. Corre quase anônimo, despercebido. É o caso, por exemplo, da questão da reforma agrária, aos cuidados da subcomissão que começará a discutir, hoje, a proposta de parecer do eminente deputado Osvaldo Lima Filho.

Sua designação, para relator da subcomissão, foi um ato desatento da cúpula do PMDB, pois a tanto equivale ter-se designado o promotor para, em um julgamento, lavrar a sentença. Sabe-se que o deputado pernambucano é um político que vem evoluindo, desde a juventude, da direita para a esquerda, onde lançou âncora. Começou com o integralismo, "seu pecado da mocidade" definiu, passou pelo filósofo católico Maritain, foi protegido do Agamenon Magalhães, evoluiu para o PTB getulista e chegou a Jango, de quem foi ministro da Agricultura. Dedicou-se aí, na esteira da linha do seu chefe, aos problemas de reforma agrária, tendo criado, para esse fim, centros de conscientização do trabalhador rural no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Um embrião, a ponto melhor, das CPT de hoje. Agora, montado na alimaria do PMDB pernambucano, deve estar pretendendo ocupar o vazio político que o líder das Ligas Camponesas, Chico Julião, deixou em seu estado.

É patente, pois, que um homem identificado com posições radicais não tem a suficiente isenção para ser um relator. Suas idéias, como aconteceu, estão influenciando o texto conjunto. Admite-se que o seu melhor lugar seja aquela subcomissão, mas como um dos seus membros, para contribuir com vivência, estudo da matéria e experiência. Afinal, desde 1961 que o sr. Osvaldo Lima Filho está trilhando esse caminho. Mas nunca como relator.

Temos, assim, em discussão hoje na Constituinte um parecer inteiramente desafinado com a realidade brasileira. E o pensamento de um só homem e de um grupo que representa tão só uma minoria atuante e não a maioria do povo, como deve ser a expressão da nova Constituição. Se se quiser mesmo fazer a reforma agrária, ou o nome que se lhe dê, não será este certamente, o bom caminho.